

# ***Património e Inovação – Resumo e Previsão das Políticas de Educação do Terceiro Mandato do Governo da RAE de Macau***

*Guo Xiao Ming\**

Desde a criação do Governo da RAE de Macau, há quinze anos, o rápido desenvolvimento da economia e da sociedade têm prestado um importante impulso e segurança ao desenvolvimento e renovação do ensino não superior, mas também o de apresentar novas exigências. O governo da RAE adotou como importante orientação política “Trazer prosperidade para Macau através da Educação”, dando grande importância à formação de pessoal. Este artigo tenta fornecer uma avaliação de base dos dois primeiros mandatos do Governo no domínio do ensino não superior, com foco na avaliação das políticas de educação e das suas características, do terceiro mandato, e tentar explorar várias questões no seu desenvolvimento futuro.

## **I. Antecedentes**

A educação como parte dos assuntos sociais e as políticas dos quais estão estreitamente relacionadas com as condições e necessidades, devido ao desenvolvimento global da sociedade. A política de educação adoptada pelo terceiro mandato do governo da RAEM é beneficiada pelo rápido crescimento da economia, em resposta às necessidades de formação de pessoal como o propósito fundamental, que também é implantado com base nas realizações das duas administrações anteriores.

### **1. Desenvolvimento Económico com Desenvolvimento Rápido**

Recordando os últimos quinze anos de desenvolvimento do ensino não superior em Macau, o rápido crescimento económico veio fornecer uma garantia fundamental. De acordo com dados divulgados pelo Cen-

---

\* Supervisor Escolar, DSEJ, RAEM, Doutor em Educação, ex-professor da Universidade Normal de Hunan.

dos de Estatística de Macau (Tabela 1), a partir da reunificação, em 1999 até 2013, graças à liberalização do sector do jogo, o PIB per capita de Macau aumentou de US \$ 14.718 a US \$ 87.306, um aumento de 4,93 vezes, o que foi classificado como o número 1 na Ásia. Desde a formação do terceiro mandato do governo, no final de 2009, a economia manteve-se estável e em rápido desenvolvimento, tendo-se registado uma taxa de crescimento do PIB doméstico mínimo de 16,7% em 2012, enquanto o maior aumento foi de 33,4% em 2010.

**Tabela 1. Alterações do PIB e PIB per capita de Macau**

Ano	PIB		PIB per Capita	
	Milhões MOP	Alterações (%) durante o mesmo período	(MOP)	(US\$)
1999	-	-	117,620	14,718
2000	-	-	119,911	14,940
2001	52,332.4	-	120,555	15,007
2002	56,298.5	7.6	128,433	15,987
2003	63,579.4	12.9	142,854	17,809
2004	82,294.0	29.4	180,108	22,450
2005	94,471.0	14.8	198,406	24,767
2006	116,570.5	23.4	234,123	29,263
2007	145,084.8	24.5	278,539	34,661
2008	166,265.1	14.6	307,917	38,391
2009	170,171.3	2.3	317,575	39,775
2010	226,941.3	33.4	422,657	52,818
2011	293,745.0	29.4	534,734	66,687
2012	343,416.3	16.9	603,495	75,532
2013	413,471.0	20.4	697,502	87,306
2014 1.º Tri.	115,394.1	22.0	-	-
2014 2.º Tri.	114,966.7	18.6	-	-

(Fonte: DSEC Macau, o PIB a preços correntes, tal como determinado pela despesa.)

O rápido crescimento económico tem proporcionado uma forte segurança financeira para as políticas do governo. De 2000 a 2013, as receitas públicas do Governo da RAEM aumentaram de 15.338 milhões de patacas para 175.949 milhões de patacas, um aumento de mais de 10,47 vezes. O ritmo de crescimento dos últimos anos, especialmente após criação do governo do terceiro mandato, tem sido forte e constante (Tabela 2). Embora as despesas públicas do governo não mudem diretamente com a receita fiscal, o terceiro mandato do governo tem sido o de controlar de forma consciente os gastos nos últimos dois anos, com a despesa real em 2013, mesmo reduzida em 4,9% em relação ao ano anterior, mas o excedente fiscal significativo criou espaço suficiente para a implementação de políticas por parte do governo.

**Tabela 2. A variação da receita e da despesa pública do governo da RAE**

Ano	Receita Pública		Despesa Pública	
	Total (milhares de MOP)	Variação (%) em relação ao mesmo período	Total (milhares de MOP)	Variação(%) em relação ao mesmo período
2000	15,338,502	~	15,024,270	~
2001	15,641,649	2.0	15,220,788	1.3
2002	15,226,922	-2.7	13,486,946	-11.4
2003	18,370,626	20.6	15,712,968	16.5
2004	23,863,539	29.9	17,703,006	12.7
2005	28,200,823	18.2	21,184,258	19.7
2006	37,188,518	31.9	27,349,764	29.1
2007	53,710,495	44.4	23,345,984	-14.6
2008	62,259,343	15.9	30,443,427	30.4
2009	69,870,878	12.2	35,459,918	16.5
2010	88,488,054	26.6	38,393,909	8.3
2011	122,972,322	39.0	45,593,322	18.8
2012	144,994,543	17.9	54,012,623	18.5

Ano	Receita Pública		Despesa Pública	
	Total (milhares de MOP)	Variação (%) em relação ao mesmo período	Total (milhares de MOP)	Variação(%) em relação ao mesmo período
2013	175,949,331	21.3	51,388,612	-4.9
2014 1.º Tri.	42,146,153	22.1	7,061,696	10.9
2014 2.º Tri.	41,301,589	5.0	15,946,339	49.0

(Fonte:.. DSEC despesa pública anual de Macau calculada com base em “despesas já pagas”, enquanto que as despesas públicas trimestrais são calculadas como “valor de liquidação de despesas”)

## 2. Desenvolvimento e maior Importância dos Recursos Humanos

O desenvolvimento do ensino superior em Macau, na era do governo macaense, foi um pouco tardio, o que levou a que durante um longo período de tempo, a maioria da população de chineses não prestasse muita atenção à educação. Como tal, quando se compara Macau com Hong Kong, quer em termos de reservas e qualidade de talentos ou em termos de competitividade global dos residentes, são ambas significativamente insuficientes. Após uma década de reunificação, quando o terceiro mandato do governo da RAEM foi criado, o rápido desenvolvimento da economia de Macau não só tornou a escassez de mão de obra local, mais proeminente, como também causou o rápido influxo de um grande número de trabalhadores estrangeiros. Mais importante, a economia precisa de sair dos velhos hábitos de domínio da indústria de jogo para atingir um nível moderado de diversificação sendo que os recursos humanos se tornaram um dos seus principais pontos de estrangulamento. No domínio da governação social e política, a formação de jovens talentos também deve ser reforçada, a fim de garantirmos a tradição de “Amar Macau e amar a Pátria” e poder passar para as próximas gerações.

Neste caso, reforçar a formação pessoal tornou-se o consenso geral fundamental dos altos cargos e das pessoas de Macau. Em 2004, no quinto aniversário da criação da RAEM, o então presidente Hu Jintao desejou ao governo “ter uma perspectiva de longo mandato, e intensificar o desenvolvimento de vários talentos necessários para o desenvolvimento

de Macau”<sup>1</sup>. Em 2009, o presidente Hu Jintao na cerimónia de inauguração do terceiro mandato do governo RAEM apontou mais claramente que “o fator de apoio mais crítico é elevar sempre a competitividade de talentos de Macau”, e também apelou “à urgência de uma planificação a longo prazo” para trazer um número de “talentos políticos, económicos e profissionais, bem como outros aspectos de talentos” necessários para o desenvolvimento de Macau, para reforçar a formação de jovens talentos”, de modo a haver sucessores para o “um país, dois sistemas.”<sup>2</sup>

O ex-primeiro ministro chinês Wen Jiabao em Novembro de 2010 na reunião com todas as esferas da vida política em Macau, e sublinhou que, para que Macau seja forte, a educação, em primeiro lugar, deve ser fortalecida, de tal modo que possa “ter uma perspectiva a longo prazo para desenvolver a educação, a ciência, a tecnologia, a cultura e outros empreendimentos sociais, criar uma universidade de nível superior com características regionais e acelerar a formação de pessoas, a fim de fornecer suporte de recursos humanos para o desenvolvimento a longo prazo em Macau”<sup>3</sup>. “Temos de estabelecer uma universidade de nível mundial, de classe mundial no ensino pré-escolar, básico e secundário, que serão o futuro e o poder de Macau”<sup>4</sup>.

### 3. O Desenvolvimento do Ensino não Superior nos Primeiros 10 anos após a Reunificação

A política de ensino do terceiro mandato do governo da RAE é implementada com base na primeira década após a transferência do exercício da soberania de Portugal para a China em dezembro de 1999 o que inclui:

Primeiro, a implementação bem sucedida da “Lei de Bases do Sistema de ensino não superior” e melhorar o sistema de ensino. O governo da RAEM promulgou em 2006 a Lei nº 9/2006 “Lei-Quadro do Sistema de ensino não superior”, o que melhorou este sistema de ensino em Macau, incluindo a implementação do novo sistema de ensino<sup>5</sup>, de 15

<sup>1</sup> Hu Jintao enviou 4 esperanças para Macau, Jornal Ou Mun, 21/12/2009.

<sup>2</sup> Diário Popular (edição online), 22/12/2009.

<sup>3</sup> Macau tem mesma respiração e coração com pátria – Discurso de Wen Jiabao aos representantes das associações principais de Macau, Jornal Ou Mun, 15/11/2010. B05.

<sup>4</sup> Wen Jiabao: “Macau terá de ter uma educação de primeira classe, Jornal Ou Mun, 15/11/2010, A02.

<sup>5</sup> A extinção do ensino de pré-escolar e o ensino infantil passou a ter a duração de 3 anos (2 anos no passado) e o ensino primário tem mesma duração de 6 anos. O ensino secundário geral e o ensino secundário complementares tem duração de 3 anos de cada um.

anos de educação gratuita que abrange a educação e as crianças do ensino regular e médio para todos os graus, a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação para apoiar o desenvolvimento do ensino não superior. A melhoria do sistema de ensino, estabeleceu uma base sólida para a alta qualidade e desenvolvimento do ensino não superior.

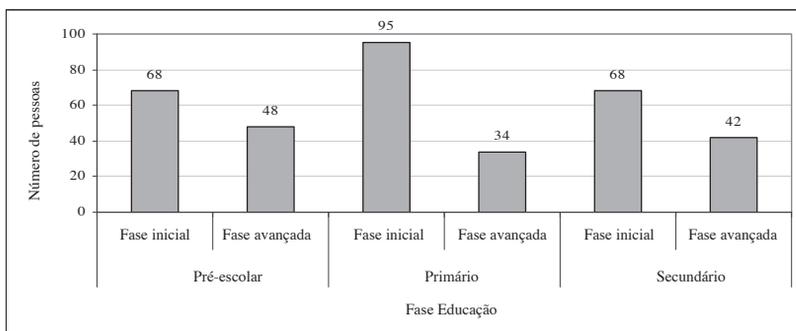
Em segundo lugar, foram aumentados os investimentos em educação. Desde o ano lectivo de 2007/2008, Macau tornou-se a primeira na região da grande China a fornecer educação gratuita até aos 15 anos. A garantia para os alunos completarem a educação básica pode ser grandemente reforçada. Com o rápido desenvolvimento económico, a despesa pública total em educação não-superior em Macau aumentou de 1.007 milhões de patacas em 2.002 para 2347 milhões de patacas em 2008, um aumento de mais de 1,33 vezes. As bolsas de estudo gratuitas subiram de 369 milhões de patacas em 1999/2000 a 1,02 mil milhões de patacas no ano lectivo de 2008/2009.

Terceiro, o sistema de turmas reduzidas tem feito progressos significativos. Afetados pela taxa de natalidade em declínio e outros fatores, o número total de alunos do ensino básico em Macau diminuiu de 96.821 pessoas em 2001/2002 para 73.826 pessoas no ano lectivo de 2009/2010. O governo da RAEM tomou isso como uma oportunidade para promover vigorosamente turmas pequenas, e otimizar constantemente a relação turma-professor e professor-aluno. A educação infantil, ensino primário e secundário, respectivamente, reduziu em média de 37,9, 45,2 e 43,1 alunos por turma no ano letivo de 1999/2000 para 25,0, 31,0 e 35,3 alunos por turma no ano lectivo de 2008/2009. Isso criou condições favoráveis para a melhoria da qualidade de ensino e da aprendizagem.

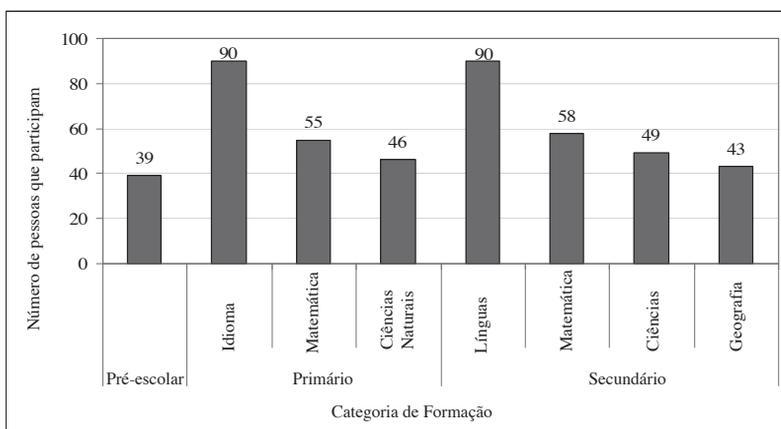
Em quarto lugar, a formação profissional do pessoal docente foi reforçada. De 2002 a 2007, DSEJ, em cooperação com um número de instituições de ensino superior, prevê duas fases de cursos elementares e avançados de formação de diretores de quadros médios ou superiores no jardim de infância, ensino primário e secundário. O presidente e diretor executivo receberam formação (Figura 1), que tem promovido o profissionalismo na gestão da escola. Além disso, com o apoio do governo Popular Central e das agências governamentais competentes, a DSEJ encomendou a partir de 2003, à Universidade Normal de Nanjing e a Uni-

versidade Normal de Pequim, respectivamente, a realização da formação multi-disciplinar fundamental de professores (Figura 2) em Macau, através de uma abordagem de aproximação com a teoria de ensino, visitas de estudo e intercâmbio para o continente. Além disso, a formação de base escolar, formação profissional e formação à distância são medidas importantes para efetivamente melhorar o profissionalismo dos professores.

**Figura 1. Formação de pessoal de gestão de nível médio e superior (2002-2007)**



**Figura 2. Formação de Professores Principais (2003 / 2004-2008 / 2009 Anos Letivos)**



Nota: os professores chave que participaram em formação no ano lectivo 2008/2009 até 31/12/2009.

Em quinto lugar, a garantia para a qualidade da educação progride. Para garantir a qualidade da educação nas escolas, a administração da educação realizou avaliação sistemática abrangente ou avaliação especial sobre escolas entre 2003 e o final de 2009 e concluiu a avaliação abrangente s num total de 46 escolas (cerca de 55,4% do número total de escolas) e a avaliação especial em 9 escolas.<sup>6</sup> Além disso, participou do “International Student Assessment Program” (ou PISA), realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) desde 2003, em seguida, novamente em 2006 e em 2009 participou em dois testes PISA para avaliar os alunos de quinze anos de idade em Macau em leitura, matemática e alfabetização científica, que fornece um sistema de referência coerente, comparável a nível internacional.

Em sexto lugar, desenvolver activamente o regresso ao ensino. A partir ds anos lectivos de 1999/2000 a 2008/2009, o número de estudantes que regressaram à educação era basicamente estável, aproximadamente 3.000 pessoas, mas no ensino primário, secundário e superior, respectivamente, viu-se uma redução de 44% e 29%, enquanto o número dos alunos do ensino superior, aumentou em 60% (Tabela 3). O número de professores tem aumentado a cima de 27,4%. A fim de criar melhores condições para restituição e desenvolvimento da educação, a DSEJ aumentou o subsídio anual, no ano lectivo de 2008/2009 a quantidade de conceção de subsídios para todos os alunos do ensino primário, secundário e superior, sendo respectivamente de 12.000 patacas, 13.000 patacas e 15.000 patacas, respectivamente.

**Tabela 3. Evolução do Número de Alunos que voltaram ao ensino**

Ano lectivo	Primária	Secundário	Superior	Sub-total
1999/2000	450	1,391	1,046	2,887
2008/2009	250	989	1,679	2,918

<sup>6</sup> Itens de avaliação incluem: Saúde escolar e educação física nas escolas primárias e secundárias e seu estado de implementação, ensino Português nas escolas lusófonos educação infantil, educação cívica e moral nas áreas de aprendizagem primárias e secundárias, chineses na primeira infância, primário e ensino secundário no campo das ciências naturais, lusófonos da High School Português ensino de educação artes visuais, primário lusófonos e escolas secundárias retornar educação em Português.

Finalmente, houve progressos na cooperação regional da educação. Entre 2004-2009 a DSEJ assinou uma série de intercâmbios educacionais e acordos de cooperação<sup>7</sup> com nove províncias da região do Delta do Rio das Pérolas, Hong Kong SAR e departamento Municipal de Educação de Shenzhen.

Além disso, promoveu activamente parceria entre Guangdong e Macau, que viu a formação de 20 pares de escolas em parcerias/associadas. Entre as escolas, houve intercâmbios e cooperação activos na gestão escolar, projecto educativo inovador e intercâmbio de estudantes.

## II. A Maior Política de Educação Lançada pelo Terceiro Mandato do Governo da RAEM

O Chefe do Executivo, Chui Sai On no seu programa eleitoral de 2009 usou como tema “a herança e inovação, bem como a construção da harmonia”, com mais ênfase na “herança”, colocando as preocupações sobre os meios de subsistência na vida das pessoas. Como tal, no ensino não superior, a direcção política geral é “para herdar e desenvolver os elementos pendentes do sistema de ensino existente, prática educativa, e promover activamente o desenvolvimento da educação em Macau, para além de salvaguardar os direitos do pessoal docente, melhorar o status social, profissionalismo dos educadores e melhorar a qualidade do ensino. A consumação do ensino recorrente, a educação contínua, a educação profissional e a educação especial para refletir e continuar a aprendizagem ao longo da vida. Aderir à educação nacional, para aprofundar a compreensão dos alunos pela pátria, bem como nutrir os sentimentos dos estudantes pelo amor ao país e a Macau”.<sup>8</sup> O terceiro mandato do governo da RAE defende as ideias acima e lançou uma série de novas políticas de ensino.

### 1. A promulgação e implementação do “Plano de Dez Anos”

A educação é um compromisso a longo prazo, e para a sua política ser eficaz a longo prazo tem de ter uma certa previsibilidade e manutenção da

<sup>7</sup> Incluindo: “Em reforço do Pan-PRD intercâmbios educacionais regionais e acordo-quadro de cooperação” (2004), “Acordo-Quadro de Formação de Escolas Irmãs entre Escolas inGuangdong, Hong Kong e Macau” (2005), “Carta de Intenção sobre intercâmbios educacionais e de Cooperação entre Acordo Cooperation acordo de cooperação na construção de um Pan-PRD Informação Regional de Educação Platform” (2006), “Acordo para promover o intercâmbio educacional e da cooperação entre Guangdong e Macau Guangdong e Macau” (2005), (2008) e “Macau Shenzen Educação” (2008).

<sup>8</sup> Chui Sai On: “A Continuidade e a inovação, A Criação de Harmonia” programa político eleitoral de 2009.

coordenação entre as políticas. Na primeira década após a transferência do exercício da soberania de Portugal para a China em dezembro de 1999, o governo promoveu o desenvolvimento de estratégia de ensino não superior concentrando-se sobre a renovação do sistema, aumentou o investimento na educação como a principal força motriz para o desenvolvimento da educação, e alcançou certos resultados. O terceiro mandato do governo promoveu a “tomada de decisão científica”, porque depois de experimentar uma década de desenvolvimento, o posicionamento de Macau tem sido claro em esforçar-se para construir um “Centro Mundial de Turismo e Lazer” para promover a diversificação da economia moderada (especialmente para enfatizar o desenvolvimento de indústrias de serviços modernos, tais como o turismo, as convenções e exposições, financeiro, cultura e criatividade, compromissos sociais, como ciência, tecnologia e a cultura). Isso requer políticas, de todos os aspectos do governo, posicionadas em torno deste, e planear a longo prazo, com base em investigação aprofundada.

Em 2009, o Governo decidiu criar o “Plano de Dez Anos” para o futuro desenvolvimento do ensino não-superior. No primeiro semestre de 2010 foram conduzidas várias reuniões especiais para recolher os pontos de vista da comunidade, e no segundo semestre houve tópicos da discussão mais aprofundados no Comitê de Educação Não Superior e no seu grupo de trabalho especial, tendo sido redigido o documento de consulta para o “Plano de Dez Anos”. Após a consulta pública e revisão em 2011, o “Plano de Dez Anos de Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011-2020)” (doravante referido como o “Plano de Dez Anos”) foi oficialmente promulgado em novembro de 2011 por meio de um anexo do “Relatório sobre o governo” do governo da RAE.<sup>9</sup>

A ideia básica do “Plano de Dez Anos” é feita através do desenvolvimento de uma educação de alta qualidade, desenvolvimento de talentos, melhoria da qualidade e competitividade global dos residentes para satisfazer as necessidades de desenvolvimento a longo prazo de vários aspectos de desenvolvimento económico e social de Macau. O plano considera que o ensino não superior em Macau está num período crítico de “Elevar a Qualidade Rumo a um Ensino de Qualidade.” A visão dos próximos 10 anos será “o desenvolvimento prioritário, e elevar a qualidade de educação das pessoas como base, promover a equidade com base

---

<sup>9</sup> LAG da RAEM, de 2012, 15 de Novembro de 2011, pp. 121-134.

na educação gratuita em quinze anos para promover o desenvolvimento da educação especial, educação profissional e técnica e acelerar o ritmo de implementação de turmas reduzidas nas escolas secundárias, estabelecer uma equipe de professores altamente qualificados com princípios morais nobres e bom profissionalismo, para criar currículo e sistema de ensino que esteja em linha de conta com as necessidades de desenvolvimento e propício ao desenvolvimento do aluno e desempenhe um papel importante na educação contínua e aprendizagem ao longo da vida na melhoria de competências de trabalho dos residentes e qualidade de vida, para salvaguardar eficazmente o desenvolvimento sustentável de Macau, através da formação de recursos humanos”.

O “Plano de Dez Anos” determina a direção política básica para o desenvolvimento do ensino não superior em Macau nos próximos 10 anos, incluindo a prioridade ao desenvolvimento da educação, desenvolver o sistema escolar diversificado através da melhoria da qualidade como a principal missão, promovendo equidade na educação e otimizar as várias componentes de educação. Portanto, as medidas importantes correspondentes incluem: aumentar o investimento na educação, melhorar a educação gratuita e obrigatória, formação de estudantes para ter capacidade no futuro, construir uma equipe de professores com excelentes competências profissionais, acelerar a implementação de turmas pequenas, otimizar o currículo e a reforma do ensino, o reforço da salvaguarda da qualidade da educação, desenvolvendo ativamente a educação contínua, e ampliar a abertura educacional e da cooperação regional.

O “Plano de Dez Anos” tornou-se o princípio orientador fundamental da política de ensino não superior no terceiro mandato do governo da RAEM. Nos últimos anos o plano foi implementado e alcançou progresso significativo.

## **2. Aumentar o investimento na educação e melhorar a educação gratuita para quinze anos**

Os recursos educacionais são a base para o ensino não superior. Desde a criação do governo da RAEM que este tem vindo a aumentar o investimento na educação. De 2002 a 2012, a despesa pública para o ensino não superior aumentou em mais de 2,7 vezes, e o gasto público por estudante para o ensino não-superior cresceu mais de quatro vezes, enquanto o crescimento foi particularmente evidente após 2009 (ver Tabela 4).

#### Quadro 4. Evolução do Ensino Não Superior e Despesa pública por estudante<sup>10</sup>

Ano lectivo	Total da despesa pública (dezenas de milhar MOP)	Despesa pública (dezenas de milhar MOP)	Despesa pública por estudante (MOP)	Crescimento (%) nos gastos públicos por estudante
2009	3,363,600	276,300	35,794	-
2010	3,870,900	289,600	38,345	7%
2011	4,485,000	329,300	44,835	17%
2012	5,158,100	373,900	52,064	16%

Fonte: DSF

Em termos de subsídio de educação gratuita para as escolas privadas, a partir do 1999/2000 até aos anos escolares de 2013/2014, a despesa do ensino gratuito aumentou cerca de 370. milhões de patacas a mais de 1,55 mil milhões de patacas, um aumento de cerca de 3,2 vezes entre eles, uma vez que no ano lectivo de 2009/2010, se verificou um crescimento significativo, o que tem desempenhado um papel activo para a otimização do ensino gratuito. Como foi calculado e de acordo com os quinze anos de educação formal, no ano letivo escolar de 2012/2013 o governo investiu cerca de 330 mil patacas em cada um dos alunos, nas escolas “em rede”, e quase 240,000MOP para cada aluno nas escolas que não fazem parte da “rede escolar”.

#### Tabela 5. Mudanças no Total de Provisão na Educação Gratuita

Ano lectivo	Total de subsídios (milhares de MOP)	Crescimento (%) no Total de Subsídios
2009/2010	102,440	-
2010/2011	107,929	5.4%
2011/2012	116,466	7.9%
2012/2013	123,828	6.3%
2013/2014	155,195	20.3%

<sup>10</sup> Sistema de contabilidade utilizando as estatísticas financeiras governamentais nacionais estabelecidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

### 3. Construir o mecanismo de desenvolvimento educacional a longo prazo para encorajar os alunos a continuar os seus estudos

O terceiro mandato do governo da RAE, de acordo com o caminho político a seguir pela “Educação para a prosperidade de Macau” no passado, a base dos crescentes investimentos na educação e na melhoria do sistema educativo, propõe igualmente construir um mecanismo a longo prazo para o desenvolvimento do ensino e formação de mão de obra.<sup>11</sup> O mecanismo de subsistência a longo prazo foi proposto pela primeira vez no Relatório de 2013 do Ano Fiscal do governo, que inclui o mecanismo de longo prazo para o sistema educativo. O Relatório do Ano Fiscal de 2014 propôs ainda a longo prazo o mecanismo na formação de mão de obra. Em termos de sistema, o relatório propôs, a criação de uma Comissão de Desenvolvimento de Talentos, a fim de estabelecer uma coordenação global e o sistema de planeamento de formação de talentos, para acelerar a implementação da certificação profissional, sistema de testes de competências profissionais, para construir um sistema justo e imparcial de seleção de talentos, no sentido de otimizar o incentivo e esquemas de recompensa dos mesmos talentos. Em termos de medidas e recursos, iniciou o Programa de Formação de Elite, o Plano de Incentivo Profissional e a Aplicação de um Esquema de Promoção e Aplicação de Talentos.<sup>12</sup>

Para este fim, o governo em matéria de ensino não superior, ao promover activamente o desenvolvimento do sistema escolar, subsidiou significativamente a construção, reforma e ampliação de várias escolas, melhorando o seu meio ambiente e instalações reduzindo nos últimos cinco anos as escolas a funcionar em prédios, em 21 para 17, enquanto o número de alunos por área útil também aumentou de 9,92 metros quadrados em 2009 a 11,55 metros quadrados em 2013. Por outro lado, melhorou consideravelmente o mecanismo de salvaguarda da escolaridade obrigatória, e a prestação de assistência adequada na aprendizagem de novos alunos que vieram para Macau, as taxas de repetência de alunos da escola básica e secundária reduziram de 5,2% e 13,8% em 2009/2010 para 3,3% e 9,4%, respectivamente, nos últimos anos. Além disso, o rácio turma-aluno na educação infantil, ensino básico e ensino secundário aumentaram a partir

---

<sup>11</sup> Incluindo mecanismo de longo prazo na segurança social, mecanismo de longo prazo no sistema de saúde, o mecanismo de longo prazo no sistema de educação e segurança da habitação, consulte a Região Administrativa Especial de Macau: “Relatório sobre o Governo no ano fiscal de 2013”, 13 de novembro de 2012, p.12-19.

<sup>12</sup> Região Administrativa Especial Macau: “Relatório sobre o Governo para o Ano Fiscal de 2014”, 13 de novembro de 2012, p.12-15.

de 1: 1,5, 1: 1,8 e 1: 2,1, no ano lectivo de 2009/2010 para 1 1.7,1: 2,0 e 1: 2,6 no ano lectivo de 2013/2014, que atinge com antecedência, as metas de desenvolvimento estabelecidas, a médio prazo, no “Plano de Dez Anos”. Além disso, promove plenamente a avaliação global da escola, concluída com a leitura, ciência, educação especial, as artes visuais e outras áreas relacionadas com uma série de avaliações e pesquisas específicas, que fornecem uma referência à reforma da educação nas escolas.

Para apoiar os alunos a continuar os estudos superiores e a formar mais talentos de qualidade, a DSEJ aumentou o fundo de apoio social de licenciatura, em especial, os esforços de financiamento do “Programa de Bolsas Universitárias”, aumento substancial em prémios e bolsas de estudo locais. Entre eles, o número de bolsas de estudo no ano lectivo de 2013/2014 aumentou de 200 para 280, enquanto os empréstimos estudantis sendo empréstimos sem juros para ajuda financeira aos estudantes carenciados, o número de lugares no ano lectivo de 2012/2013, mais do que duplicou, enquanto limite máximo de rendimento familiar mensal dos candidatos diminuiu. No ano lectivo de 2008/2009 o regime de empréstimos e também foi lançado, sob a forma de bonificações de juros para ajudar os estudantes no ensino superior, tendo o limite máximo dos empréstimos acumulados por pessoa aumentado em 600.000<sup>13</sup> patacas desde o ano letivo de 2012/2013. Sob a influência dessas medidas, nos últimos anos, o aumento de estudantes do ensino regular secundário admitidos em institutos de ensino superior manteve-se em 86 por cento ou mais.

**Tabela 6. Número de estudantes bolseiros do Ensino Universitário<sup>14</sup>**

Ano lectivo	Fundo de Ação Social Escolar		DSEJ	
	Bolsas de Estudo	Plano de Apoio financeiro sem juros (Criado em 2008/2009)	Programa de patrocínio para os melhores alunos para estudar Cursos de Educação Criado em 2012/2013)	Programa de patrocínio para Professores de Português e formação de Talentos linguísticos 2013/2014)
1999/2000	2,905	--	--	--

<sup>13</sup> Fora isso, o GAES também lançou um estudante de educação material escolar subsídio terciário desde o ano lectivo de 2011/2012, e no ano lectivo de 2012/2013, o subsídio aumentou de US \$ 2.000 a US \$ 3.000 para incentivar e bolsas de estudos de pós-graduação de pós-graduação residentes de apoio, para que as quotas e os montantes foram aumentados mais nos últimos anos.

<sup>14</sup> Os beneficiários que ainda foram aprovados no passado, na escola e beneficiários que foram aprovados nos mesmos anos de escola.

Ano letivo	Fundo de Ação Social Escolar		DSEJ	
	Bolsas de Estudo	Plano de Apoio financeiro sem juros (Criado em 2008/2009)	Programa de patrocínio para os melhores alunos para estudar Cursos de Educação Criado em 2012/2013)	Programa de patrocínio para Professores de Português e formação de Talentos linguísticos 2013/2014)
2008/2009	5,299	449	--	--
2009/2010	6,554	786	--	--
2010/2011	7,166	885	--	--
2011/2012	7,178	1,131	--	--
2012/2013	7,258	1,212	40	--
2013/2014	7,214	1,354 <sup>15</sup>	99	13

**Tabela 7. Total das Despesas, Por Anos Lectivos Para Apoiar os Alunos a Estudar Cursos de Ensino Universitário**

Ano Letivo	Fundo de Ação Social Escolar		DSEJ	
	Bolsas universitárias	Plano de Apoio Financeiro de Empréstimo sem juros (criado 2008/2009)	Programa de bolsas para os melhores alunos a estudar Cursos de Educação (Criado 2012/2013)	Programa de bolsas para Professores de Português e Formação de Talentos linguísticos (Criado 2013/2014)
1999/2000	59,889,967.00	--	--	--
2008/2009	142,527,212.00	449,238.00	--	--
2009/2010	176,816,246.87	1,115,940.00	--	--
2010/2011	208,439,105.00	1,797,285.00	--	--
2011/2012	219,153,575.00	2,867,342.00	--	--
2012/2013	246,027,189.00	3,784,509.00	2,328,000.00	--
2013/2014	280,000,000.00	5,876,000.00	6,044,000.00	4,600,000.00

#### **4. O reforço da estrutura de uma equipa de professores e melhorar a qualidade geral dos professores**

A construção de professores qualificados é uma base importante para o desenvolvimento de uma educação de qualidade, que foi também na

<sup>15</sup> O número final dos beneficiários será ser ajuste de acordo com a inscrição de estudo e o reembolso mensal dos alunos entre Setembro de 2013 e Agosto de 2014 do ano lectivo.

qual o governo da RAE não se poupou a esforços nos últimos cinco anos para se continuar a promover.

Primeiro, houve um avanço na construção do sistema. A Lei n.º 13/2012 - “Quadro Institucional do pessoal docente Não Superior de Escolas Privadas”, promulgada e aprovada em 2012, e a implementação gradual das medidas de apoio relevantes, que foi pela primeira vez um quadro institucional e de políticas de promoção, o sistema de fundo de previdência, o sistema diferenciado de nível salarial e foi criado o sistema de avaliação de desempenho do pessoal docente da escola privada. A quantidade de licenças de desenvolvimento profissional foi aumentada, com cuidados de saúde gratuitos otimizados e adequadamente reforçados nas qualificações dos professores, bem como outros requisitos pertinentes.<sup>16</sup> A sede e secretaria da escola, entre outros, os quadros superiores devem completar a formação profissional requerida antes de tomar posse, o que pode ajudar a estabelecer uma equipa profissional de professores e gestão escolar. As horas de aula semanais para o pessoal docente foi reduzida para facilitar ao corpo docente uma maior concentração voltada para os alunos e estarem plenamente envolvidos no desenvolvimento profissional.<sup>17</sup> A comissão de pessoal docente foi estabelecida, bem como um mecanismo de “excelência do professor” seleção e reconhecimento. A lei efetivamente não só aumenta a segurança no emprego dos docentes, mas também fornece a base institucional para promover o desenvolvimento profissional do pessoal docente, o que contribui para a criação progressiva de auto-disciplina profissional e gestão de mecanismo de pessoal docente para assegurar padrões profissionais de professores, e encorajar os professores a comprometer a longo prazo na educação, e que irá desempenhar um papel histórico no desenvolvimento a longo prazo de professores em Macau. Além disso, em 2010 o “O Sistema Institucional de professores de escolas públicas e assistentes de ensino” também foi desenvolvido e promulgado para melhorar as qualificações e remunerações dos professores de escolas públicas e promover o seu desenvolvimento profissional.

Em segundo lugar, nos últimos anos, a formação do pessoal docente tem sido vigorosamente reforçada. A formação de professores é fundamen-

---

<sup>16</sup> Professores primários e de jardim de infância devem ter um mínimo de um diploma de especialização avançada, bem como a formação pedagógica correspondente, professores do ensino secundário devem ter um grau de bacharel ou equivalente, e deve ter formação pedagógica antes de ser promovido.

<sup>17</sup> O número de horas semanais de ensino na educação infantil, seção primária, secundária e de educação especial no ano lectivo 2012/2013 caíram mais de 14%, 12%, 14% e 30%, respectivamente, em comparação com aqueles na escola 2011/2012 ano.

tal e as várias atividades de desenvolvimento profissional foram realizadas de forma contínua, aumentando os esforços de formação para os diretores e escolas, pessoal de quadros superiores, bem como a introdução do novo curso de formação inicial de professores, esforçando-se para melhorar a proporção de professores com formação pedagógica no ano letivo de 2013/2014. A proporção de professores com formação pedagógica em crianças do ensino pré escolar, primário e secundário atingiu 92,1%, 88,2% e 81,8%, respectivamente. O *Instructional Design Award Program* e *Outstanding Mainland Teachers Exchange Program in Macao* são implementados continuamente nas escolas, a fim de criar uma cultura de observação recíproca de aulas e para iniciar o ethos de realização de seminários de ensino, para configurar o ensino escolar e a investigação da instituição para promover o auto-desenvolvimento profissional dos professores.

Além disso, a fim de atrair os melhores alunos para se juntarem à carreira educativa, é promovido o desenvolvimento de professores a longo prazo. O governo lançou o “Plano de Apoio Financeiro para os melhores alunos em cursos de educação” no ano letivo de 2012/2013. Até ao ano letivo de 2013/2014 cerca de 100 alunos mais destacados foram patrocinados para estudar as disciplinas pedagógicas. No ano lectivo de 2014/2015 os esforços foram reforçados, para patrocinar 100 estudantes em um único ano escolar.

## **5. A implementação bem sucedida do “Plano de Desenvolvimento da Educação Contínua”**

Para promover a aprendizagem universal e incentivar as pessoas a continuar a atualizarem-se, o governo, além de cursos de ensino recorrente oferecidos em apoio à população em idade escolar que não tivesse concluído o ensino formal, lançou também a primeira fase do “Plano de Desenvolvimento de Educação Contínua”, em 2011 e 2013, dando para isso 5,000 patacas por pessoa, para cada residente de Macau. Um total de nove pedidos locais foram aprovados e um total de 64.270 itens de cursos locais de educação contínua, cursos de ensino superior e de licença de candidatura de exame de 323 organizações foram disponibilizadas

Depois da acreditação foram aprovados um total de 58.413 projetos. Mais de 1,1 milhão de vagas de cursos de formação foram prestados por residentes de Macau com um total de 314.700 pessoas que participaram do estudo. A fim de continuar a promover a educação contínua, com o

posicionamento de Macau como o “Centro Mundial de Turismo e Lazer” e como a “Plataforma de Serviços de Cooperação Comercial entre a China e os países de língua portuguesa”, o governo da RAEM em 2014 lançou a segunda etapa do “Plano de Desenvolvimento de Educação Contínua” (2014-2016) para fornecer um financiamento de 6.000 patacas a cada residente qualificado Macau.

O “Plano de Desenvolvimento da Educação Contínua” é uma parte importante do mecanismo a longo prazo de formação de talentos nesta vizinhança, que também é um passo sólido para a edificação da rede de ensino para todas as pessoas que ligam o ensino não superior, o ensino superior, a educação contínua e da formação profissional, bem como a promoção da formação da sociedade de aprendizagem, para fornecer um forte apoio para melhorar a qualidade pública global.

## **6. A promoção constante da reforma curricular**

Como mencionado anteriormente, o “Plano de Dez Anos” leva à melhoria da qualidade da educação como missão central do desenvolvimento do ensino não-superior. Para alcançar este objetivo, a reforma curricular deve ser promovida activamente, para formar “o curriculum e o sistema de ensino que cumpra as necessidades de desenvolvimento atuais e para ajudar os alunos a desenvolverem-se”, o que colocará o foco da reforma de ensino sobre o desenvolvimento dos alunos na implementação real, de modo que todos os estudantes possam receber desenvolvimento integral, feliz e saudável.

Para este fim, o terceiro mandato do governo da RAEM está a promover a reforma curricular como uma política prioritária e que tem vindo a produzir um progresso significativo. Por um lado, o “O Quadro Curricular de Ensino Formal do Sistema Escolar Local” foi estudado e elaborado, em 2014 e formalmente promulgado como Regulamento Administrativo n.º 15/2014, tendo sido implementada gradualmente desde o ano letivo de 2014/2015. Os campos de estudo são definidos no referido regulamento administrativo, juntamente com um ponto central localizado à volta do desenvolvimento dos alunos, o planeamento global e currículo do ensino básico infantil, secundário e universitário. Ele também coloca o limite mínimo no número de dias letivos por ano, com um aumento de 180 dias para 195 dias, o que é prolongado para ajudar as escolas a organizar actividades educativas de modo mais científico e razoável. Há também redução adequada do número de horas de aula por

semana, e aumentar as horas nas artes, desporto e outras disciplinas. Esta reforma exige que as aulas de arte devem ser lecionadas em escolas de ensino superior, e não permitir a afluência prematura em artes e ciências, e deixar as disciplinas opcionais desempenhar o seu papel. A fim de acumular experiências da aplicação do quadro curricular acima, os projectos-piloto também foram organizados em algumas escolas para implementar o ensino infantil, ensino básico e secundário, e foram estabelecidos mecanismos de partilha de experiências entre as escolas. A implementação do “O Quadro Curricular do Ensino Formal do Sistema Escolar Local”, estabeleceu uma base importante para alcançar a qualidade excelente do ensino não-superior.

Por outro lado, têm sido feitos muitos esforços para promover o desenvolvimento dos “Requisitos Básicos de Aptidão” em vários níveis de ensino. Os requisitos para o nível infantil foi concluído, e será promulgado e aplicado a partir do ano letivo de 2015/2016. Para o nível básico os “Requisitos Básicos de Aptidão” de vários assuntos, também foram concluídos, e serão implementados a partir do ano lectivo de 2016/2017, e a partir do ano lectivo de 2017/2018 para o ensino médio e ensino superior. A implementação gradual dos “Requisitos Básicos de Aptidão” estará em conformidade com a nova estrutura curricular em todos os níveis de ensino, a fim de que a reforma curricular possa ser realmente implementada.

Além disso, através da cooperação com os *People's Education Press* em materiais de ensino, desde 2008 lançou-se a “Ética e Cidadania”, os materiais para o ensino básico, secundário e superior. Os materiais pedagógicos fornecem um forte apoio às escolas para implementar a educação moral e cívica, e têm sido muito bem recebidos pelos professores e alunos. A partir do ano lectivo 2014/2015, as escolas que adotaram esses livros didáticos do ensino básico, secundário e superior são 63%, 56% e 51%, respectivamente, do número total de escolas nos níveis de ensino correspondente. Atualmente, a DSEJ está a convidar as instituições relevantes para rever os livros didáticos de uma forma ordenada.

## **7. Promoção da Cooperação com o Ensino e Relações Exteriores e Distribuição e permissão de Mensalidades para Estudantes de Macau que estudam em Guangdong**

No cenário de crescente tendência da globalização, Macau tem-se posicionado como o “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, e deve

prestar atenção à cooperação internacional e aos intercâmbios em vários aspectos. Na educação, o terceiro mandato do governo da RAEM tem em primeiro lugar reforçado a cooperação da educação com o continente, tendo assinados acordos de cooperação de ensino com o Ministério da Educação, Departamento Provincial da Educação de Guangdong, Departamento Provincial de Ensino de Sichuan e do governo Popular do Distrito de Shenzhen Nanshan, e completou auxílio a 103 itens culturais e educacionais dos projetos de reconstrução pós-terremoto. O “Programa de Intercâmbio de Circulação de Professores do Continente para Macau” foi otimizado, e tem sido activamente promovida a formação de escolas em parcerias entre Macau e as instituições de ensino do continente. Além disso, a atenção especial também foi colocada sobre os laços tradicionais com Portugal e o acordo de cooperação de ensino com o Ministério da Educação foi adicionado na base da cooperação inicial. Na cooperação com organizações internacionais, a cooperação com a UNESCO em estatísticas da educação continuou a fortalecer-se, e participou continuamente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) no “Programa para Avaliação Internacional de Estudantes” (PISA), a visão mais ampla para promover o desenvolvimento do ensino não superior.

No contexto da cooperação regional, da RAE de Macau e da província de Guangdong assinaram um “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau” em 2011<sup>18</sup>. As disposições do Acordo na situação do ensino não superior “para forçar para os recursos da educação abertos ao mesmo tempo em jardins de infância, primário e secundário”, “para fornecer gradualmente subsídio de matrícula para crianças e estudantes que frequentam creches, escolas primárias e secundárias de Macau e aos alunos que frequentando creches, escolas primárias e secundárias em Guangdong”. A fim de implementar as disposições acima, e para promover a equidade na educação, o governo da RAEM forneceu nos últimos anos e de forma gradual, um subsídio de propinas para estudantes de Macau a frequentar o ensino formal na província de Guangdong. No ano lectivo de 2012/2013, como um “processo piloto” aproximado do subsídio de concessão, totalizando cerca de 808 mil patacas distribuídas aos 210 alunos matriculados em escolas de ensino médio das cidades de Zhuhai e Zhongshan. No ano lectivo de 2013/2014 os assuntos para o subsídio financeiro foi alargado para abranger estudantes de Macau inscritos em

---

<sup>18</sup> Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, 6 de Março de 2011.

educação infantil nestas duas cidades. No futuro serão ainda considerados estudantes de Macau que estudam em outras partes da província de Guangdong e em outros níveis de ensino.

### III. Resumo e sugestões

#### 1. As características da Política de Ensino do terceiro mandato do governo da RAEM

No geral, o terceiro mandato do governo da RAEM adotou uma política positiva e confiável no ensino não superior, com as seguintes características distintas:

Em primeiro lugar, o planeamento da educação é valorizado com importância, bem como a integridade e a coordenação da política de ensino foram reforçadas, o que ajuda a desempenhar um papel orientador para a política de ensino. O terceiro governo da RAEM apresentou “governo transparente” e “governança científica” como duas orientações políticas básicas. Como uma manifestação importante da governança científica a coordenação global é baseada em pesquisa com reforço de planeamento a curto, médio e longo prazo. No campo da educação, em 2011 e pela primeira vez em Macau, o “Plano de Dez Anos”, foi promulgado e implementado. O plano conjunto de dez anos com o posicionamento do desenvolvimento futuro de Macau, resumiu a sua experiência da primeira década após a transferência do exercício da soberania de Portugal para a China em dezembro de 1999, ao desenvolvimento do ensino não superior, com as opiniões de todas as partes consultadas. Em torno da principal missão para melhorar a qualidade da educação e a visão de desenvolvimento para os próximos 10 anos de ensino não superior nas cinco medidas correspondentes de orientações políticas básicas mais importantes, foram sugeridas bem como as datas de lançamento de uma série de políticas importantes e as metas para atingir determinados indicadores de educação. Devido à disponibilidade do plano de 10 anos, o desenvolvimento de vários níveis de ensino e todos os tipos de ensino são totalmente realizados e organizados, tais como, a prioridade dos elementos cruciais que afetam o desenvolvimento da educação, as entradas de financiamento da educação e recursos, o desenvolvimento do sistema escolar, formação de professores, reforma curricular, gestão escolar e reformas do sistema de ensino. Ao mesmo tempo, as escolas e os educadores

podem ver as futuras metas de desenvolvimento como marcos importantes do plano, que, portanto, também desempenham um papel orientador da política para o desenvolvimento das escolas.

Em segundo lugar, o papel fundamental dos professores e a reforma curricular para melhorar a educação em termos de qualidade tem sido destacada, e foi feito um progresso substancial, o que estabelece uma base importante para o desenvolvimento futuro do ensino não superior. Desde a transferência da soberania de Portugal para a China em dezembro de 1999, o desenvolvimento do ensino não superior em Macau nos primeiros 10 anos centra-se no aumento substancial do investimento em educação e nos esforços vigorosos para melhorar o sistema de ensino (marcado pela implementação da “Lei-Quadro para o sistema de ensino não superior” promulgada em 2006). O terceiro mandato do governo da RAE leva em consideração a qualidade da educação como o foco do desenvolvimento da educação, no que tem sido atribuída uma grande importância à qualificação de professores e à reforma curricular. Por um lado, em 2012, a histórica lei “Quadro Institucional do pessoal docente Não Superior de Escolas Privadas” começou a sua implementação para fornecer uma salvaguarda institucional para melhorar a segurança no trabalho do pessoal docente para promover o seu desenvolvimento profissional. Ao mesmo tempo, nesta base de esforços de formação para diretores e pessoal de cargos médio e superior em escolas têm vindo a aumentar, juntamente com a introdução do novo curso de formação inicial de professores e redução das horas de ensino semanais para os professores. Por outro lado, a reforma curricular e o ensino são o núcleo e o factor mais crítico que afectam o desenvolvimento dos alunos, o governo da RAE no terceiro mandato de 2014 formalmente promulgada, iniciou a implementação do Regulamento Administrativo n.º 15/2014 - “Quadro Formal de Ensino Curricular para o Sistemas Escolar Local”. Ao promover activamente as várias fases da educação, os “Requisitos de aptidão básico” foram ativamente impelido para que o seu desenvolvimento estabelecesse uma base sólida para melhorar a qualidade do ensino não superior.

Em terceiro lugar, foi proposto o mecanismo a longo prazo no desenvolvimento da educação e formação de pessoal. Como diz o velho ditado “é preciso dez anos para plantar árvores, mas uma centena de anos para formar pessoas”, a educação e formação de pessoal é um compromisso de longo prazo, e deve haver um regime de políticas de longo prazo. O terceiro mandato do governo da RAEHK apresentou o mecanismo

importante a longo prazo no desenvolvimento da educação e formação de pessoal, como uma mudança e características das políticas relevantes. A cooperação mútua de dois mecanismo de longo prazo, especialmente o mecanismo de longo prazo no desenvolvimento da educação é uma base importante para a implementação de formação de pessoal. Colocar o foco no mecanismo de longo prazo para o desenvolvimento da educação e formação de pessoal são os elementos centrais que têm efeitos a longo prazo, tais como regulamentos, sistemas, alocação de recursos, incentivos especiais e programas de apoio, corpo docente, cursos, etc. Embora os dois primeiros mandatos do governo da RAE tenha dado importância à reforma do sistema de ensino, e aumentado drasticamente o investimento na educação, o mecanismo a longo prazo como um todo não tinha sido estabelecido. O mecanismo a longo prazo no desenvolvimento da educação e formação de pessoal proposto pelo terceiro mandato do governo da RAE a partir da perspectiva de formação de pessoal, a considerar o ensino superior e não superior como um todo e alargar ao sistema de certificação profissional e para a sociedade o mecanismo de selecção e formação de talentos, propuseram três programas segmentados de formação de pessoal, que aumentaram significativamente a integridade da política e poderão exercer mais efeitos a longo prazo.

Em quarto lugar, colocar a tónica no desenvolvimento da educação contínua. Desde os anos setenta do século passado que o conceito de aprendizagem ao longo da vida foi apresentado e especialmente nos últimos 20 anos, o desenvolvimento global e as mudanças sociais têm vindo a acelerar devido ao uso extensivo de tecnologias de informação. A Educação contínua e a aprendizagem ao longo da vida tornaram-se um requisito geral para todos, bem como o estabelecimento de uma sociedade de aprendizagem se tornou uma importante missão dos governos e organizações sociais. No sistema de ensino não superior em Macau, a educação contínua e a educação formal têm o mesmo estatuto. No passado, o governo deu relevo principalmente ao ensino recorrente na educação contínua, proporcionando uma segunda oportunidade na educação das pessoas que não tivessem completado o ensino primário e secundário. Com base neste terceiro mandato do governo SAR é proposto o “Plano de Desenvolvimento da Educação Contínua”, abrangendo todos os residentes de 15 anos de idade, sendo um importante passo em frente na política de educação contínua e desempenha um papel muito importante na construção da Rede Nacional de Educação, promovendo a formação de uma sociedade de aprendizagem e a melhorar a qualidade global do público.

## 2. Previsão para futuras políticas

Para o desenvolvimento da formação do ensino não superior e de pessoal nos próximos cinco anos, Chui Sai On definiu a política como bastante clara: por um lado, “A Formação e prosperidade dos talentos de Macau.” Assim, na formação de pessoal, será “estar em linha de conta com a diversificação moderada na economia com a implementação de políticas e medidas a curto, médio e longo prazo na formação de pessoal, o desenvolvimento ininterrupto do mecanismo de longo prazo para a criação e melhoria de formação de pessoal, estimular talentos políticos, profissionais e técnicos, bem como os talentos de aplicações diversificadas, para fornecer oportunidades ao desenvolvimento contínuo e mobilidade ascendente aos residentes de Macau”. Por outro lado, “começar com a realidade, para forçar a interação dos mecanismos de longo prazo entre a educação e a formação do pessoal, para que a educação desempenhe um papel fundamental na formação de pessoal, desenvolver a educação multi-dimensional e formação profissional, realizar a integração interativa de formação de pessoal e o sistema de ensino”. No campo do ensino não superior, vai-se “continuar a aumentar a alocação de recursos para a educação e esforçar-se por aumentar a proporção de ensino na despesa orçamental dentro de cinco anos, comprometem-se a promover a internacionalização do desenvolvimento de políticas do sistema de ensino das instituições, dispor de esforços para otimizar o ensino gratuito de quinze anos e onde se aplique integralmente o Plano Dez Anos para o ensino não superior. Intensificar o desenvolvimento do ensino técnico e profissional e a educação contínua, considerados relevantes para a diversificação económica, e formular o quadro de desenvolvimento. Melhorar ainda mais o ensino especial para salvaguardar efetivamente a equidade educacional. Entretanto, fortalecer a divulgação e educação da ciência e tecnologia, e melhorar a qualidade geral dos moradores”.<sup>19</sup>

Assim, o reforço da formação de pessoal e ainda mais a implementação “Plano de Dez Anos”, eleva a qualidade da educação e são a orientação geral das políticas de ensino nos próximos cinco anos. Em termos de políticas específicas, o autor considera que os seguintes pontos, devem ser cuidadosamente tratadas e resolvidos:

---

<sup>19</sup> Chui Sai On, “Aspirações comuns para o futuro, e partilha da prosperidade”, programa político eleitoral de 2014.

## 1) Estudar e lidar com Algumas Questões Importantes na Alocação e Financiamento da Educação

O Chefe do Executivo considerou que os recursos destinados à educação continuarão a aumentar, “esforçar-se para elevar a proporção das despesas com a educação no orçamento no prazo de cinco anos”, o que está em consonância com os requisitos do Plano de Dez Anos que “no orçamento do governo dá-se prioridade à salvaguarda dos investimentos em educação” e “a proporção de gastos com o ensino não-superior na despesa pública vai ser elevada para o nível desejado”. No entanto, ao mesmo tempo em que há o aumento do investimento global na alocação de ensino, devem ser consideradas as seguintes questões:

Em primeiro lugar, a relação entre os investimentos de ensino não superior e superior precisam de ser devidamente tratados. Como o ensino não superior envolve a qualidade da educação de todo o público, portanto, a maioria dos países e regiões darão prioridade a assegurar o desenvolvimento de ensino não superior. No passado, em Macau, não havia uma forte consciência política nesta área, e nos últimos anos a proporção de investimento no ensino superior é significativamente maior, portanto, no futuro, deverá ser claramente integrado na política.

Em segundo lugar, o modo de funcionamento do Fundo de Desenvolvimento da Educação precisa de ser estudado, e dar um desempenho pleno às funções de reserva e orientação política de financiamento da educação. Fundada em 2007, o orçamento para o Fundo de Desenvolvimento da Educação nos últimos anos tem vindo a aumentar e tem sido explorado em termos de orçamento anual. O “Plano de Dez Anos” exige que “através de disposições fiscais por fases, aumente o tamanho do Fundo de Desenvolvimento da Educação por etapas, e exerça totalmente as suas funções de reserva e de regulação como fundo de ensino, fortalecendo as suas funções de orientação política e apoio financeiro para a desenvolvimento do ensino não superior. “Isso requer mudar a forma como o Fundo de Desenvolvimento da Educação opera e permitir a acumulação de fundos e implementação de programas específicos de dotação financeira.

Em terceiro lugar, dadas as circunstâncias de aumento do investimento na educação e a maioria dos quais é investir em instituições privadas de ensino, há uma necessidade de reforçar o controlo da utilização de fundos educativos. Nas escolas privadas, é especialmente, necessário

cumprir os requisitos do “Quadro Institucional para o Pessoal Docente da Escola Privada” e outros regulamentos, sendo igualmente necessário intensificar a revisão dos regulamentos sobre as escolas com sistema de contabilidade privada, para implementar efetivamente uma supervisão eficaz da utilização de fundos públicos no sentido de melhorar a racionalidade e a eficácia do uso de financiamento da educação.

## **2) Papel do Ensino não Universitário na Formação de Pessoal**

Sem dúvida que a educação desempenha um papel fundamental no fomento de talentos, porque o crescimento de quaisquer talentos é inseparável da educação básica. Além disso, o papel da educação não superior no fomento de talentos em particular não pode ser ignorada. Por exemplo, fomentar elites é uma parte importante do mecanismo de longo prazo na formação de pessoal e para descobrir, selecionar e formar elites deve-se começar a partir da educação básica, e haver mecanismos apropriados e planos completos, como outro exemplo, a formação e candidatura de talentos e a criação de um sistema de certificação profissional, intimamente ligado com o ensino secundário, ensino técnico e formação profissional. Assim, é necessário estudar a forma de implementar a integração interativa de formação de pessoal e do sistema de ensino.

## **3) Desenvolver o ensino profissional e técnico com as necessidades de diversificação da economia moderada**

Nos últimos anos, o Governo colocou todos os seus esforços para desenvolver a educação profissional e técnica, especialmente desde o ano lectivo de 2005/2006 o “Plano de Apoio Financeiro ao Curso de Educação Profissional e Técnico” foi lançado para apoiar o desenvolvimento da educação profissional técnica e privada, a partir do ano lectivo de 2012/2013 passaram a existir nove escolas públicas e privadas que ofereceram um total de 41 cursos de educação profissional e técnica. O número de cursos oferecidos e o número de escolas de educação profissional e técnica, têm tido um aumento relativamente grande. Ao mesmo tempo, um novo Centro de Práticas de Educação Profissional está a ser construído em Shek Pai Wan (lote CN6) para desenvolver as competências profissionais dos alunos na sua aplicação prática.

No entanto, para o desenvolvimento do ensino profissional e técnico que coordena as necessidades na diversificação moderada da economia de

desenvolvimento, devem seguir-se as disposições relativas à “Visão Macro da Educação Profissional e Técnica” e ao rumo de desenvolvimento de Macau, para melhorar o sistema legal do ensino profissional e técnico e estabelecer o mecanismo eficaz de cooperação entre o ensino profissional e técnico e as indústrias, para melhorar efetivamente as competências profissionais dos alunos e integrar organicamente o ensino profissional e técnico com certificação profissional e avaliação de competências profissionais.

Por outro lado, reforçar a cooperação com as regiões vizinhas, especialmente a cooperação com Zhuhai e outra região do Delta do Rio das Pérolas, para utilizar plenamente o mecanismo de certificação profissional e sistema de certificação de competências profissionais no continente, e dos recursos profissionais vantajosos em regiões vizinhas, e ao mesmo tempo exercer vantagens para Macau, em vários aspectos, como o turismo, a hotelaria, exposição, o design criativo, o pessoal técnico qualificado que correspondam às necessidades de desenvolvimento, do desenvolvimento industrial em Macau e das regiões vizinhas.

#### **4) Esforço para melhorar a educação especial**

Salvaguardar o direito à educação dos estudantes do ensino especial e o esforço para a melhoria do sistema de educação especial tornando-o como um todo, no consenso geral da sociedade. Com base na situação existente, os regulamentos existentes de ensino especial têm ficado seriamente para trás na prática da educação especial, que, em referência aos países mais avançados, precisa de rever os mesmos regulamentos, e de acordo com as necessidades de desenvolvimento, na maioria das vezes, com especial atenção para a absorção de experiência e prática que se formou ao longo dos anos e foi provado ser eficaz em Macau.

Ao mesmo tempo, para aumentar o profissionalismo e a eficácia da educação especial deve-se melhorar um pouco mais e em particular, a qualidade da educação inclusiva, sendo urgente melhorar a eficácia do profissionalismo dos professores e serem reforçados os planos de ensino individualizado, bem como reforçar a construção da equipe de profissionais em educação especial.

Além disso, há a necessidade de aumentar o apoio aos pais de alunos com necessidades educativas especiais, financiar instituições educativas competentes para fornecer aos pais cuidados e serviços mais adequados a fim de reduzir a carga sobre os mesmos pais.

## **5) Estudar em profundidade a relação entre o Governo e as Escolas privadas**

De acordo com a legislação em vigor, as escolas privadas em Macau gozam de ensino, administrativo e autonomia financeira, mas a maioria dos seus fundos são directamente provenientes de fundos públicos do Governo. Isso cria uma questão inevitável. Por um lado, o Governo investiu mais e mais para as escolas privadas, e deve ser responsável perante o público para supervisionar o uso racional dos recursos correspondentes. Por outro lado, a Lei dá as três áreas de autonomia para as escolas privadas, para as quais o governo não pode fazer nada, já que não é a falta de meios e maneiras de estabelecer restrições necessárias de escolas. Com a implementação do “Quadro Institucional de Docentes de Ensino Privado” e as leis e regulamentos pertinentes, este problema é exposto de forma mais significativa.

A chave para resolver estes problemas é tentar construir uma nova relação entre o Governo e as escolas privadas. A este respeito, pode ser a experiência de Hong Kong como referência. Por exemplo, as escolas subsidiadas de Hong Kong é um novo tipo de relação entre o governo de Hong Kong e escolas particulares de forma voluntária, formada no século passado, com base nas necessidades reais de Hong Kong. Este tipo de escolas é diferente das escolas privadas comuns. O governo dá às escolas subsídios substanciais, e as escolas precisam de seguir uma série de regulamentações governamentais referentes ao número de matrículas, aos salários dos professores e a outros aspectos, que são diferentes das escolas públicas que estão sob a gestão direta do governo. As escolas em termos do seu estatuto jurídico ainda são consideradas como entidades privadas, e em termos da sua gestão elas também podem ter uma maior autonomia. Essa experiência pode valer a pena a ser anexada por Macau e através dela pode ser necessário rever os conteúdos essenciais no estudo em profundidade “Lei de Base do Sistema ensino não superior.”

## **6) Precisa realmente implementar a reforma curricular**

Como mencionado acima, a “Estrutura Curricular da Educação Formal no Sistema de Ensino Local” foi promulgada. Os “Requisitos básicos de aptidão” de vários níveis de ensino serão gradualmente preenchidos e promulgados. No entanto, tudo isso é apenas ao nível da política e do

programa regional. Para implementar nas escolas e, em particular, para entrar na sala de aula e docência, ainda há um longo caminho a percorrer.

Portanto, a liderança no currículo escolar deve ser reforçada para garantir que o desenvolvimento do currículo a nível escolar segue o quadro curricular e os requisitos básicos de aptidão estabelecidos pelo governo. Em segundo lugar, é necessário reforçar a formação de professores e para melhorar a qualidade da formação de professores, especialmente para formar um conceito de formação correto e desenvolver boas capacidades de desenvolvimento da formação.

